

1. ENEM 2014

TEXTO I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

TEXTO II

Um cidadão integral pode ser definido nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a):

- a. prestígio social.
- b. acúmulo de riqueza.
- c. participação política.
- d. local de nascimento.
- e. grupo de parentesco.

2. ENEM 2015

A Unesco condenou a destruição da antiga capital assíria de Nimrod, no Iraque, pelo Estado Islâmico, com a agência da ONU considerando o ato como um crime de guerra. O grupo iniciou um processo de demolição em vários sítios arqueológicos em uma área reconhecida como um dos berços da civilização.

Unesco e especialistas condenam destruição de cidade assíria pelo Estado Islâmico.
Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 30 mar. 2015 (adaptado).

O tipo de atentado descrito no texto tem como consequência para as populações de países como o Iraque a desestruturação do(a)

- a. homogeneidade cultural.
- b. patrimônio histórico.
- c. controle ocidental.
- d. unidade étnica.
- e. religião oficial.

3. ENEM 2013

Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

- a. munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- b. possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c. guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- d. naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e. sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

4. ENEM 2014

Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB)

Art. 1.º- Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 nov. 1931.

Quando foi fechada pela ditadura do Estado Novo, em 1937, a FNB caracterizava-se como uma organização.

- a. política, engajada na luta por direitos sociais para a população negra no Brasil.
- b. beneficente, dedicada ao auxílio dos negros pobres brasileiros depois da abolição.
- c. paramilitar, voltada para ao alistamento de negros na luta contra as oligarquias regionais.
- d. democrático-liberal, envolvida na Revolução Constitucionalista conduzida a partir de São Paulo.
- e. internacionalista, ligada à exaltação da identidade das populações africanas em situação de diáspora.

5. ENEM 2017

Muitos países se caracterizam por terem populações multiétnicas. Com frequência, evoluíram desse modo ao longo de séculos. Outras sociedades se tornaram multiétnicas mais rapidamente, como resultado de políticas incentivando a migração, ou por conta de legados coloniais e imperiais.

GIDDENS. A. *Sociologia*. Porto Alegre: Penso, 2012 (adaptado).

Do ponto de vista do funcionamento das democracias contemporâneas, o modelo de sociedade descrito demanda, simultaneamente,

- a. defesa do patriotismo e rejeição ao hibridismo.
- b. universalização de direitos e respeito à diversidade.
- c. segregação do território e estímulo ao autogoverno.
- d. políticas de compensação e homogeneização do idioma.
- e. padronização da cultura e repressão aos particularismos.

6. ENEM 2014

Compreende-se assim o alcance de uma reivindicação que surge desde o nascimento da cidade na Grécia antiga: a redação das leis. Ao escrevê-las, não se faz mais que assegurar-lhes permanência e fixidez. As leis tornam-se bem comum, regra geral, suscetível de ser aplicada a todos da mesma maneira.

VERNANT, J. P. As origens do pensamento grego. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992 (adaptado).

Para o autor, a reivindicação atendida na Grécia antiga, ainda vigente no mundo contemporâneo, buscava garantir o seguinte princípio:

- a. Isonomia – igualdade de tratamento aos cidadãos.
- b. Transparência – acesso às informações governamentais.
- c. Tripartição – separação entre os poderes políticos estatais.
- d. Equiparação – igualdade de gênero na participação política.
- e. Elegibilidade – permissão para candidatura aos cargos públicos.

7. ENEM 2011

TEXTO I

A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda coletividade.

GALLO, S. et al. Ética e Cidadania. Caminhos da Filosofia. Campinas: Papyrus, 1997 (adaptado).

TEXTO II

É necessário que haja liberdade de expressão, fiscalização sobre órgãos governamentais e acesso por parte da população às informações trazidas a público pela imprensa.

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Partindo da perspectiva de democracia apresentada no Texto I, os meios de comunicação, de acordo com o Texto II, assumem um papel relevante na sociedade por

- a. orientarem os cidadãos na compra dos bens necessários à sua sobrevivência e bem-estar.
- b. fornecerem informações que fomentam o debate político na esfera pública.
- c. apresentarem aos cidadãos a versão oficial dos fatos.
- d. propiciarem o entretenimento, aspecto relevante para conscientização política.
- e. promoverem a unidade cultural, por meio das transmissões esportivas.

8. UNIOESTE 2013

Segundo a filosofia política clássica, mesmo considerando a diversidade de concepções de contrato partilhada por seus principais representantes (Hobbes, Locke e Rousseau), a constituição do estado civil ou sociedade política marcaria uma ruptura profunda no ordenamento da sociedade humana. Com base na ideia de contrato defendida por estes autores, é correto afirmar que a constituição do estado civil ou sociedade política representaria

- a. a superação do estado de natureza.
- b. a redenção teológica da humanidade.
- c. um retorno à idílica Idade de Ouro da história humana.
- d. uma regressão da vida em sociedade ao estado de selvageria.
- e. a superação da exploração do homem pelo homem e o fim da propriedade privada dos meios de produção.

9. UNICAMP 2015

A igualdade, a universalidade e o caráter natural dos direitos humanos ganharam uma expressão política direta pela primeira vez na Declaração da Independência americana de 1776 e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Embora se referisse aos “antigos direitos e liberdades” estabelecidos pela lei inglesa e derivados da história inglesa, a Bill of Rights inglesa de 1689 não declarava a igualdade, a universalidade ou o caráter natural dos direitos. Os direitos são humanos não apenas por se oporem a direitos divinos ou de animais, mas por serem os direitos de humanos em relação uns aos outros.

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 19. (Adaptado)

Assinale a alternativa correta.

- a. A prática jurídica da igualdade foi expressa na Declaração de Independência dos EUA e assegurada nos países independentes do continente americano após 1776.
- b. A lei inglesa, ao referir-se aos antigos direitos, preservava a hierarquia, os privilégios exclusivos da nobreza sobre a propriedade e os castigos corporais como procedimento jurídico.
- c. No contexto da Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão significou o fim do Antigo Regime, ainda que tenham sido mantidos os direitos tradicionais da nobreza.
- d. Os direitos do homem, por serem direitos dos humanos em relação uns aos outros, significam que não pode haver privilégios, nem direitos divinos, mas devem prevalecer os princípios da igualdade e universalidade dos direitos entre os humanos.

10. ENEM 2013

Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres gays nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. Gays e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente gay. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.

ROSS, A. Na máquina do tempo. Época, ed. 766, 28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a

- a. ampliação da noção de cidadania.
- b. reformulação de concepções religiosas.
- c. manutenção de ideologias conservadoras.
- d. implantação de cotas nas listas partidárias.
- e. alteração da composição étnica da população.

11. ENEM 2017

Enquanto persistirem as grandes diferenças sociais e os níveis de exclusão que conhecemos hoje no Brasil, as políticas sociais compensatórias serão indispensáveis.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente. Revista de Estudos Avançados, n. 51, ago. 2004.

As ações referidas são legitimadas por uma concepção de política pública

- a. focada no vínculo clientelista.
- b. pautada na liberdade de iniciativa.
- c. baseada em relações de parentesco.

- d. orientada por organizações religiosas.
- e. centrada na regulação de oportunidades.

12. ENEM 2013

Tendo encarado a besta do passado olho no olho, tendo pedido e recebido perdão e tendo feito correções, viremos agora a página — não para esquecê-lo, mas para não deixá-lo aprisionar-nos para sempre. Avancemos em direção a um futuro glorioso de uma nova sociedade sul-africana, em que as pessoas valham não em razão de irrelevâncias biológicas ou de outros estranhos atributos, mas porque são pessoas de valor infinito criadas à imagem de Deus.

Desmond Tutu, no encerramento da Comissão da Verdade na África do Sul. Disponível em: <http://td.camara.leg.br>. Acesso em: 17 dez. 2012 (adaptado).

No texto, relaciona-se a consolidação da democracia na África do Sul à superação de um legado

- a. populista, que favorecia a cooptação de dissidentes políticos.
- b. totalitarista, que bloqueava o diálogo com os movimentos sociais.
- c. segregacionista, que impedia a universalização da cidadania.
- d. estagnacionista, que disseminava a pauperização social.
- e. fundamentalista, que engendrava conflitos religiosos.

13. ENEM 2013

Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres gays nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. Gays e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente gay. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.

ROSS, A. "Na máquina do tempo". Época, ed. 766, 28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a

- a. ampliação da noção de cidadania.
- b. reformulação de concepções religiosas.
- c. manutenção de ideologias conservadoras.
- d. implantação de cotas nas listas partidárias.
- e. alteração da composição étnica da população.

14. UFFS 2011

Quando estudamos o Estado, verificamos que temos diferentes conceitos, como o citado abaixo:

Indica, nas teorias políticas dos séculos XVII e XVIII, a condição dos homens antes de estipular um tipo qualquer de contrato social, na qual os indivíduos viviam isolados uns dos outros, sem organização formal do estado.

Esse conceito está relacionado a que tipo de Estado?

- a. Estado Civil.
- b. Estado Político.
- c. Estado de Origem.
- d. Estado de Natureza.

e. Estado de Liberdade.

15. ENEM 2014

Existe uma cultura política que domina o sistema e é fundamental para entender o conservadorismo brasileiro. Há um argumento, partilhado pela direita e pela esquerda, de que a sociedade brasileira é conservadora. Isso legitimou o conservadorismo do sistema político: existiriam limites para transformar o país, porque a sociedade é conservadora. Isso legitimou o conservadorismo do sistema político: existiriam limites para transformar o país, porque a sociedade é conservadora, não aceita mudanças bruscas. Isso justifica o caráter vagaroso da redemocratização e da redistribuição da renda. Mas não é assim. A sociedade é muito mais avançada que o sistema político. Ele se mantém porque consegue convencer a sociedade de que é a expressão dela, de seu conservadorismo.

NOBRE, M. Dois Ismos que não rimam. Disponível em: www.unicamp.br Acesso em 28 mar 2014 (adaptado)

A característica do sistema político brasileiro, ressaltada no texto, obtém sua legitimidade da:

- a. dispersão regional do poder econômico.
- b. polarização acentuada da disputa partidária.
- c. orientação radical dos movimentos populares.
- d. condução eficiente das ações administrativas.
- e. sustentação ideológica das desigualdades existentes.

16. ENEM 2015

Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. Os sem-terras, ONGs e cidadania. São Paulo: Cortez, 2003 (adaptado).

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- a. diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- b. tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
- c. difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- d. ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- e. fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

17. ENEM 2014

Em 1879, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se para solicitar a D. Pedro II, a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano. O vintém era a moeda de menor valor da época. A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Ao grito de "Fora o vintém!", os manifestantes espancaram condutores, esfaquearam mulas, viraram bondes e arrancaram trilhos. Um oficial ordenou fogo contra a multidão. As estatísticas de mortos e feridos são imprecisas. Muitos interesses se fundiram nessa revolta, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Desmoralizado, o ministério caiu. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém.

Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em: 4 de abril 2014 (adaptado)

A leitura do trecho indica que a coibição violenta das manifestações representou uma tentativa de

- a. capturar os ativistas radicais.
- b. proteger o patrimônio privado.
- c. salvaguardar o espaço público.
- d. conservar o exercício do poder.
- e. sustentar o regime democrático.

18. ENEM 2015

A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, como parte de uma ampla reforma no processo eleitoral incentivada pela Revolução de 1930. Sua criação foi um grande avanço institucional, garantindo que as eleições tivessem o aval de um órgão teoricamente imune à influência dos mandatários.

TAYLOR, M. Justiça Eleitoral. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (adaptado).

Em relação ao regime democrático no país, a instituição analisada teve o seguinte papel:

- a. Implementou o voto direto para presidente.
- b. Combateu as fraudes sistemáticas nas apurações.
- c. Alterou as regras para as candidaturas na ditadura.
- d. Impulsionou as denúncias de corrupção administrativa.
- e. Expandiu a participação com o fim do critério censitário.

19. ENEM 2017

O racismo institucional é a negação coletiva de uma organização em prestar serviços adequados para pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode estar associado a formas de preconceito inconsciente, desconsideração e reforço de estereótipos que colocam algumas pessoas em situações de desvantagem.

GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Penso, 2012 (adaptado).

O argumento apresentado no texto permite o questionamento de pressupostos de universalidade e justifica a institucionalização de políticas antirracismo.

No Brasil, um exemplo desse tipo de política é a

- a. reforma do Código Penal.
- b. elevação da renda mínima.
- c. adoção de ações afirmativas.
- d. revisão da legislação eleitoral.
- e. censura aos meios de comunicação.

20. ENEM 2017

A participação da mulher no processo de decisão política ainda é extremamente limitada em praticamente todos os países, independentemente do regime econômico e social e da estrutura institucional vigente em cada um deles. É fato público e notório, além de empiricamente comprovado, que as mulheres estão em geral sub-representadas nos órgãos do poder, pois a proporção não corresponde jamais ao peso relativo dessa parte da população.

TABAK, F. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

No âmbito do Poder Legislativo brasileiro, a tentativa de reverter esse quadro de sub-representação tem envolvido a implementação, pelo Estado, de

- a. leis de combate à violência doméstica.
- b. cotas de gênero nas candidaturas partidárias.
- c. programas de mobilização política nas escolas.
- d. propagandas de incentivo ao voto consciente.
- e. apoio financeiro às lideranças femininas.

21. UEL 2007

O trecho abaixo, de autoria de Victor Nunes Leal, encontra-se no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado em 1949.

“E assim nos parece este aspecto importantíssimo do ‘coronelismo’, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a licença do ‘coronel’ – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do ‘coronel’ ficaria sensivelmente diminuída”.

Fonte: LEAL, V. N., *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, 5ª ed., p. 43.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a situação social e política do país, no período em questão, assinale a alternativa correta a respeito das eleições e do sistema representativo no Brasil:

- a. A troca de favores entre chefes locais e poder público é algo completamente superado pela democracia que se instaurou no Brasil nos últimos 20 anos.
- b. Independentemente da estrutura social e política, a prática da troca de favores entre chefes locais e poder público continua sendo o mecanismo primordial de relacionamento político no Brasil.
- c. A troca de favores entre chefes políticos locais e poder público ocorria graças aos “votos de cabresto”.
- d. A troca de favores entre chefes políticos locais e poder público só acontecia porque os cidadãos lutavam por seus direitos.
- e. A troca de favores entre os chefes políticos e o poder público foi a maneira encontrada por ambos para defender os interesses públicos e republicanos.

22. UNICENTRO 2011

O termo política vem do grego politikós, adjetivo derivado da palavra polis, que se relaciona a tudo referente à vida na cidade-estado grega. Segundo o sociólogo Norberto Bobbio, hoje o termo indica toda atividade relacionada com o que é urbano, civil, público e até mesmo social. Sobre o conceito de política, é correto afirmar:

- a. Seu objeto de análise é o Estado, no que se refere às discussões sobre o voto, a participação na vida de um partido e a busca de uma clientela eleitoral.
- b. O terrorismo, o aquecimento global, a melhoria da qualidade de vida dos idosos e das crianças não configuram participação política.
- c. O poder político só pode ser exercido nas relações estatais, jamais em associações, como a Igreja, que não têm função política.
- d. A política é uma ciência prática e, enquanto práxis humana, está intimamente relacionada à tomada de decisões.
- e. O poder, objeto de estudo da política, pode apenas ser estudado onde se materializa, nas relações estatais.

23. ENEM 2016

TEXTO I

Até aqui expus a natureza do homem (cujo orgulho e outras paixões o obrigaram a submeter-se ao governo), juntamente com o grande poder do seu governante, o qual comparei com o Leviatã, tirando essa comparação dos dois últimos versículos do capítulo 41 de Jó, onde Deus, após ter estabelecido o grande poder do Leviatã, lhe chamou Rei dos Soberbos. Não há nada na Terra, disse ele, que se lhe possa comparar.

HOBBS, T.O Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TEXTO II

Eu asseguro, tranquilamente, que o governo civil é a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza, que devem certamente ser grandes quando os homens podem ser juízes em causa própria, pois é fácil imaginar que um homem tão injusto a ponto de lesar o irmão dificilmente será justo para condenar a si mesmo pela mesma ofensa.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. Petrópolis: Vozes, 1994.

Thomas Hobbes e John Locke, importantes teóricos contratualistas, discutiram aspectos ligados à natureza humana e ao Estado. Thomas Hobbes, diferentemente de John Locke, entende o estado de natureza como um(a)

- a. condição de guerra de todos contra todos, miséria universal, insegurança e medo da morte violenta.
- b. organização pré-social e pré-política em que o homem nasce com os direitos naturais: vida, liberdade, igualdade e propriedade.
- c. capricho típico da menoridade, que deve ser eliminado pela exigência moral, para que o homem possa constituir o Estado civil.
- d. situação em que os homens nascem como detentores de livre-arbítrio, mas são feridos em sua livre decisão pelo pecado original.
- e. estado de felicidade, saúde e liberdade que é destruído pela civilização, que perturba as relações sociais e violenta a humanidade.

24. UEL 2005

Em O Príncipe, Maquiavel (1469-1527) formulou ideias e conceitos que firmaram a sua reputação de o fundador da Ciência Política moderna. Dentre elas, pode-se citar os aspectos relacionados às ações políticas dos governantes e à dominação das massas. Para ele, a política deveria ser compreendida pelo governante como uma esfera independente dos pressupostos religiosos que até então a impregnavam. Ao propor a autonomia da política (esfera da vida pública e da ação dos dirigentes políticos) sobre a ética (esfera da vida privada e da conduta moral dos indivíduos), é legítimo afirmar que Maquiavel não deixou, entretanto, de reconhecer e valorizar a religião como uma importante dimensão da vida em sociedade. Segundo Maquiavel, a religião dos súditos deveria ser objeto de análise atenta por parte do governante. Sobre a relação entre política e religião, de acordo com Maquiavel, é correto afirmar:

- a. A religião deve ser cultivada pelo governante para garantir que ele seja mais amado do que temido.
- b. Por se constituírem em personagens importantes na vida política de uma comunidade, os líderes religiosos devem formular as ações a serem executadas pelos príncipes.
- c. O sentimento religioso dos súditos é um valor moral e, portanto, deverá ser combatido pelo príncipe, uma vez que conduz ao fanatismo e prejudica a estabilidade do Estado.
- d. A religião dos súditos é sempre um instrumento útil nas mãos do Príncipe, o qual deve aparentar ser virtuoso em matéria religiosa.
- e. O dirigente político deve se esforçar para tornar-se, também, o dirigente religioso de seu povo, rompendo, assim, com o preceito do Estado laico.

25. UNESP 2012

Cada cultura tem suas virtudes, seus vícios, seus conhecimentos, seus modos de vida, seus erros, suas ilusões. Na nossa atual era planetária, o mais importante é cada nação aspirar a integrar aquilo que as outras têm de melhor, e a buscar a simbiose do melhor de todas as culturas. A França deve ser considerada em sua história não somente segundo os ideais de Liberdade-Igualdade-Fraternidade promulgados por sua Revolução, mas também segundo o comportamento de uma potência que, como seus vizinhos europeus, praticou durante séculos a escravidão em massa, e em sua colonização oprimiu povos e negou suas aspirações à emancipação. Há uma barbárie europeia cuja cultura produziu o colonialismo e os totalitarismos fascistas, nazistas, comunistas. Devemos considerar uma cultura não somente segundo seus nobres ideais, mas também segundo sua maneira de camuflar sua barbárie sob esses ideais.

(Edgard Morin. Le Monde, 08.02.2012. Adaptado.)

No texto citado, o pensador contemporâneo Edgard Morin desenvolve

- a. reflexões elogiosas acerca das consequências do etnocentrismo ocidental sobre outras culturas.
- b. um ponto de vista idealista sobre a expansão dos ideais da Revolução Francesa na história.
- c. argumentos que defendem o isolamento como forma de proteção dos valores culturais.
- d. uma reflexão crítica acerca do contato entre a cultura ocidental e outras culturas na história.
- e. uma defesa do caráter absoluto dos valores culturais da Revolução Francesa.

26. UEL 2005

Em sua obra *Leviatã*, o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) descreveu uma sociedade marcada pela ausência de uma liderança que se mostrasse capaz de reunir os indivíduos sob um comando soberano. Hobbes constatou a falência do Estado monárquico absolutista e reconheceu que da anarquia da guerra civil deveria se erguer uma sociedade de normas, regida por leis comuns, e sob a liderança de uma autoridade soberana que não conheceria limites para o exercício de seu poder. A vantagem evidente da passagem do estado de natureza ao estado civil, segundo Thomas Hobbes, estava no fato de que a nova ordem pública, a ser instituída por meio de um contrato social (entre todos os indivíduos) e por um pacto político (entre os indivíduos e o governante), levaria à completa superação de aspectos peculiares à vida precária no estado de natureza como, por exemplo, a morte prematura e violenta.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que a nova forma de representação do poder político proposta por Hobbes:

- a. Critica o absolutismo de direito civil e propõe em seu lugar uma democracia forte, lançando, assim, as bases do liberalismo clássico.
- b. Indica que o contrato social hobbesiano é democrático, pois busca preservar o direito dos súditos em detrimento do poder absoluto do soberano.
- c. Sugere que o contratualismo proposto por ele levaria à constituição de um regime político autoritário, já que as leis emanam da vontade exclusiva do governante.
- d. Revela que seu pensamento é incompatível com a defesa de formas autoritárias do exercício do poder, porque sua proposta se firma na soberania do povo.
- e. Aponta que, se não fosse o risco da morte prematura e violenta, o estado de natureza dispensaria a necessidade do estado civil.

27. ENEM 2016

O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, com base em barganhas entre o governo e os coronéis. O coronel tem o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de voto.

CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados**: escritos de história política. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998 (adaptado)

No contexto da Primeira República no Brasil, as relações políticas descritas baseavam-se na

- a. coação das milícias locais
- b. estagnação da dinâmica urbana
- c. valorização do proselitismo partidário
- d. disseminação de práticas clientelistas
- e. centralização de decisões administrativas.

28. UEL 2007

Leia o texto a seguir:

“Em Locke, o contrato social é um pacto de consentimento em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza. No estado civil os direitos naturais inalienáveis do ser humano à vida, à liberdade e aos bens estão melhor protegidos sob o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário.”

Fonte: MELLO, L. I. A. “John Locke e o individualismo liberal.” In: WEFFORT, F. C. (Org.). Os Clássicos da Política. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 86.

Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre a filosofia política de Locke, assinale a afirmativa correta:

- a. O contrato social se justifica, para Locke, tendo em vista as adversidades do estado de natureza, entendido como fundamentado no estado de guerra.
- b. Para Locke, o pacto social exige que os indivíduos cedam seu poder à direção suprema da vontade geral.
- c. Para justificar o direito à propriedade privada, Locke parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são adquiridos pelo trabalho.
- d. Na teoria do contrato social de Locke, o pacto é firmado apenas entre os súditos, não fazendo parte dele o soberano.

e. Segundo o contratualismo de Locke, os homens, ao fazerem o pacto, transferem a um terceiro (homem ou assembleia) a força coercitiva da comunidade, trocando voluntariamente sua liberdade pela segurança garantida pelo Estado.

29. UFFS 2011

Princípio enunciado por Maquiavel, segundo o qual a ação política encontra em si mesma a própria justificação, ao garantir a ordem e a liberdade da convivência civil. A política, portanto, constitui uma ciência autônoma e independente de qualquer sistema ético e religioso.

Indique-o nas alternativas abaixo.

- a. Política Neutra.
- b. Realismo Político.
- c. Realismo Lógico.
- d. Lógica dominante.
- e. Política Justificada.

30. UENP 2011

Amy Gutmann e Dennis Thompson em texto intitulado “Why Deliberative Democracy?” conceituam democracia deliberativa como: “uma forma de governo na qual cidadãos livres e iguais (e seus representantes) justificam suas decisões, em um processo no qual apresentam uns aos outros motivos que são mutuamente aceitos e geralmente acessíveis, com o objetivo de atingir conclusões que vinculem no presente todos os cidadãos, mas que possibilitam uma discussão futura.”

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. O que significa democracia deliberativa. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC. Belo Horizonte: Editora Fórum. jan./mar. 2007, v. 1., p. 23

Sobre o conceito de democracia, analise as afirmativas.

- I. A democracia é a forma de organização do estado que assegura maior participação formal dos cidadãos por meio da possibilidade periódica de aprovação ou reprovação dos governos.
- II. A democracia assegura a possibilidade de expressão do pensamento sem quaisquer limites.
- III. Governos democráticos não são pautados por regras e submetem todas as suas ações à deliberação pública.

Está(ão) incorreta(s) a(s) afirmação(ões):

- a. apenas I.
- b. apenas I e II.
- c. apenas I e III.
- d. apenas II e III.
- e. todas.

GABARITO: 1) c, 2) b, 3) c, 4) a, 5) b, 6) a, 7) b, 8) a, 9) d, 10) a, 11) e, 12) c, 13) a, 14) d, 15) e, 16) b, 17) d, 18) b, 19) c, 20) b, 21) c, 22) d, 23) a, 24) d, 25) d, 26) c, 27) d, 28) c, 29) b, 30) d.